

EMENDA Nº
(ao PL nº 2.896, de 2022)

Dê-se ao *caput* do art.1º do PL nº 2.896, de 2022, a seguinte redação:

“Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, para dispor sobre as operações realizadas pelas empresas públicas ou sociedades de economia mista no exterior, as vedações a serem observadas na indicação de pessoas para o conselho de administração e para a diretoria das estatais e sobre os gastos com publicidade e patrocínio da empresa pública e da sociedade de economia mista e suas subsidiárias, e a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, para dispor sobre as vedações a serem observadas na indicação de pessoas para o conselho diretor ou a diretoria colegiada das agências reguladoras”.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei nº 2.896, de 2022, destina-se, segundo sua ementa, à “alteração das Leis nºs 13.303, de 2016, e 9.986, de 2000, para em ambos os casos flexibilizar as vedações para a indicação para compor o conselho de administração e diretoria de empresas estatais e para compor o conselho diretor ou a diretoria colegiada das agências reguladoras” entre outras providências.

Ocorre que em razão de outras emendas apresentadas de minha autoria, faz-se necessário o ajuste da ementa do Projeto de Lei em questão. O ajuste tem por objetivo incluir requisitos mínimos para tratar de operações realizadas por empresas públicas ou sociedades de economia mista em suas ações no exterior.



Na certeza de que esta alteração aprimora o texto do Projeto de Lei nº 2.896, de 2022, contamos o apoio dos ilustres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 24 de janeiro de 2023.

Senador CIRO NOGUEIRA
(PP/PI)



SF/23077.36242-95